

**Senado envia à  
Câmara lista  
fechada no pleito  
proporcional**

PÁGINA 5

## CCJ aprova a garantia de recursos mínimos para saúde

Comissão vai debater destinação de verbas orçamentárias para o setor com a presença dos ministros da Fazenda e da Saúde. Governadores poderão participar com sugestões



Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiram, também, solicitar aos governadores sugestões para o aperfeiçoamento da proposta

### VERBAS ASSEGURADAS

Como se daria a aplicação de recursos em saúde, segundo a proposta

#### União

- Este ano - 5% a mais do que em 1999
- De 2001 até 2004 - valor do ano anterior mais a variação do PIB

#### Estados (\*)

- 12% do ICMS, do IPVA e do imposto sobre heranças

#### Municípios (\*)

- 12% do IPTU, do ISS e do ITBI

(\*) Ao Distrito Federal, que arrecada todos os tributos, aplicam-se os dois casos

A proposta que assegura a destinação de recursos mínimos para a área de saúde, a ser cumprida pela União, pelos estados e pelos municípios, recebeu parecer favorável da Comissão de Justiça e agora vai a discussão em primeiro turno no Plenário.

PÁGINA 5

**Proposta de criação de estados será debatida com ministros**

PÁGINA 6

## PLENÁRIO APRECIA HOJE DIREITO DE VOTO A ESTRANGEIROS

PÁGINA 3



Com a audiência, os senadores se prepararam para votar o projeto

### Especialistas defendem na CAS restrição ao silicone líquido

A Comissão de Assuntos Sociais debateu com especialistas projeto que proíbe utilização de silicone líquido no organismo humano.

PÁGINA 8



Em visita ao Senado, onde foi recebido pelo presidente em exercício, senador Geraldo Melo, o príncipe Norodon Ranaridh, presidente da Assembléia Nacional do Camboja, afirmou que seu país tem interesse em ampliar as relações comerciais com o Brasil. Atualmente, o nível de intercâmbio comercial entre os dois países é de apenas US\$ 1 milhão.

PÁGINA 2

**AUTORIZADO EMPRÉSTIMO  
PARA PROFISSIONALIZAÇÃO  
NA ÁREA DE ENFERMAGEM**

PÁGINA 3

# Seguro-desemprego para pescadores volta à CAS

Projeto que objetiva garantir sobrevivência dos profissionais durante o período de defeso recebeu duas emendas em Plenário

O projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que garante aos trabalhadores da pesca direito a seguro-desemprego durante o período em que é proibida a atividade pesqueira será reexaminado pela Comissão de Assuntos Sociais. A decisão foi tomada em razão de duas emendas apresentadas em Plenário pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

A primeira emenda estabelece que o período de proibição da atividade pesqueira é o fixado pelo Ibama, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre, a cuja captura o pescador se dedique. Essa proibição, conforme a emenda, deverá ser publicada com anteci-



Projeto de Lúcio Alcântara foi apoiado por diversos senadores durante a discussão em Plenário

dência mínima de 45 dias.

A segunda emenda de Ademir Andrade dispõe que o valor do

benefício será de um salário mínimo mensal, durante todo o período de defeso. Pelo texto de Lúcio Alcântara, o seguro será pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e, para recebê-lo, o pescador deverá apresentar certidão de registro no Ibama ou matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha.

A matéria provocou debate em Plenário e recebeu amplo apoio dos senadores. Ademir Andrade lamentou que, em um universo de mais de um milhão de pescadores, em 1998, o Ministério do Trabalho tenha pago seguro a apenas 32 mil desses profissionais, em todo o território nacional.

## Camboja pretende aumentar intercâmbio comercial com o Brasil

O Camboja tem interesse em ampliar as relações comerciais com o Brasil. Esta foi a mensagem transmitida na manhã de ontem pelo príncipe Norodon Ranaridh, presidente da Assembléia Nacional do Camboja, ao presidente em exercí-

cio do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), que recebeu a comitiva cambojana em audiência oficial.

Esta é a primeira vez que uma alta autoridade daquele país visita o Brasil. Filho do rei Norodon Sihanuk, o príncipe e sua comitiva, que inclui o ministro do Turismo, vieram ao país participar de um congresso internacional de turismo, no Rio de Janeiro. Ranaridh manifestou desejo de visitar o Congresso e foi recebido na manhã de ontem na Câmara e no Senado.

Nos contatos parlamentares, o príncipe cambojano manifestou esperança de que, agora, estabelecida

a paz política, seu país inicie um grande projeto nacional de desenvolvimento econômico. E apontou a cooperação na agricultura, com destaque para o setor cafeeiro, como área prioritária para o estreitamento das relações bilaterais entre os dois países. Atualmente, o nível de intercâmbio comercial entre Brasil e Camboja é de apenas US\$ 1 milhão de dólares.



Príncipe Norodon Ranaridh foi recebido pelo senador Geraldo Melo



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2000

### PLENÁRIO

#### 10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 50/2000, que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a elevar temporariamente seus limites de endividamento para contratar operação de crédito externo, com o BG Bank A/S — Dinamarca, no valor total de até 37 milhões de marcos alemães, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais, que integra o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste); quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direitos políticos); primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternâncias de nomeações entre pessoas do sexo masculino ou feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal; PDL nº 155/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Campo Belo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Belo (MG); PDL nº 182/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Presidente Prudente para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente (SP); e PR nº 30/2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de 548,3 mil euros, de principal, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinado ao financiamento da parcela à vista de 15% do contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa G.U.N.T. Gerätebau GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

Brasil 500



### COMISSÕES

#### 9h — Subcomissão do Cinema Brasileiro

Pauta: Audiência pública sobre o tema Povo do Cinema, com a presença do presidente da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), Leopoldo Nunes; dos cineastas do Rio de Janeiro, João Moreira Salles e Sílvio Tendler, e do presidente da Fundação de Cinema do Rio Grande do Sul, Werner Schünemann. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

#### 9h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); e Diversos nº 19/98, que encaminha ao Congresso cópia da Decisão nº 444/98, bem como dos respectivos relatório e voto que fundamentam e, ainda, cópia do Relatório de Auditoria (TC nº 225.268/96-5), adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNP/AM) 8º Distrito, no período de 29.7 a 2.8.96. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

#### 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Votação secreta da Mensagem nº 109/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de João Batista Brito Pereira, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo destinado a membro do Ministério Público do Trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

#### 10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Ata da 2ª reunião ordinária; análise do Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período de 1996 a 1998; apreciação do requerimento do deputado João Coser, que solicita a criação de subcomissão destinada a reformular e propor alterações à Resolução nº 2/95, do Congresso Nacional, com vistas a incorporar as normas pertinentes às modificações necessárias à dinâmica atual do processo orçamentário; apreciação do relatório sobre a autorização de execução orçamentária referente à obra de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS); ata da 1ª reunião extraordinária (21 e 22 de maio); requerimento do deputado Virgílio Guimarães; e apreciação do relatório às emendas apresentadas ao PDL que aprova às Contas do Governo Federal de 1997. *Anexo II da Câmara dos Deputados — Plenário 2*

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

#### Sexta-feira

#### 9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Senado decide sobre elevação do limite de endividamento da ECT

O Senado decidiu transferir para hoje a decisão sobre a elevação dos limites de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Se os senadores concordarem, a ECT poderá contratar operação de crédito externo com o BG Bank A/S, da Dinamarca, no valor de 37 milhões de marcos alemães, incluídos 4,2 milhões de seguro de crédito. Na presidência da sessão, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) determinou que a matéria será deliberada hoje.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Wellington Roberto (PMDB-PB) disse que esse



Wellington: dinheiro permitirá a automação do sistema de triagem de objetos postais

dinheiro se destinará ao financiamento de bens importados de origem dinamarquesa, assim como ao pagamento de bens produzidos internamente, permitindo à ECT executar seu projeto de automação do sistema de triagem de objetos postais. Em sua exposição de motivos, o ministro das Comunicações fala da preocupação em dotar o sistema postal brasileiro de estrutura empresarial.

Nesse sentido, manifestaram-se os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Romero Jucá (PSDB-RR), que defendeu a modernização dos serviços postais, inclusive para dar à ECT condições de fazer vendas pela Internet. Mas vários senadores se manifestaram contra esse endividamento, a começar por Heloísa Helena (PT-AL), que alegou já ter o Senado aprovado um volume exagerado de recursos para investimento em equipamentos para a ECT, quando essa empresa corre o risco de ser privatizada.

Também manifestaram-se preocupados com esse endividamento os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Geraldo Cândido (PT-RJ), Lauro Campos (PT-DF), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Roberto Requião (PMDB-PR).

## Empréstimo do BID ajudará a profissionalizar enfermeiros

A União foi autorizada ontem pelo Senado a contratar empréstimo de até US\$ 185 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae). A matéria ainda voltará a Plenário para ter votada sua redação final.

Relator da iniciativa na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que esse dinheiro possibilitará a melhoria do atendimento ambulatorial e hospitalar no Brasil, particularmente em estabelecimentos integrantes do Sistema Único de Saúde.

“Esse empréstimo, além de ter um prazo longo e condições favoráveis, tem uma finalidade indiscutivelmente nobre”, disse Os-



Osmar Dias: dinheiro ajudará a melhorar atendimento hospitalar no país, em especial pelo SUS

mar Dias. Na ocasião, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) falou do abismo perverso existente entre o sistema público de saúde e os doentes sem renda, que se submetem a um cotidiano desesperador em busca de atendimento médico.

## Plenário deve analisar hoje eleição de estrangeiro

A proposta é do senador Álvaro Dias, e também permite o voto de quem reside e tem domicílio no Brasil há pelo menos oito anos

Encerrando o quinto dia de discussão em primeiro turno, o Senado deve votar hoje a proposta de emenda constitucional, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que permite aos estrangeiros residentes e domiciliados no país há pelo menos oito anos votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador. Se aprovada, a matéria ainda retornará ao Plenário para ser discutida em três sessões ordinárias, antes de ser votada em segundo turno. Como ainda precisará ser votada na Câmara, também em dois turnos, a proposta não deverá vigorar para as eleições municipais deste ano.

Ao propor a mudança na Constituição, Álvaro Dias argumentou que diversos países têm realizado tentativas de dar ao estrangeiro domiciliado o direito de participar da vida política da cidade em que mora. Em sua opinião, a exclusão do direito de voto do estrangeiro torna-o cidadão de segunda classe, por não poder influenciar em decisões que lhe dizem respeito.

Também hoje o Senado realiza o primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) às propostas de emenda constitucional que tratam da criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. As propostas foram apresentadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e pela Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza. A matéria será discutida em mais duas sessões ordinárias, antes de ser votada e enviada à Câmara.

## Álvaro defende novo conceito de soberania

Ocorreu ontem o quarto dia de discussão da proposta de emenda constitucional, do senador Álvaro Dias, que permite aos estrangeiros residentes e domiciliados no Brasil, há pelo menos oito anos, votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador. A proposta não contempla a possibilidade de eles disputarem eleição para prefeito.

Novidade no ordenamento jurídico brasileiro, a mudança torna mais elástico o conceito de soberania popular. Álvaro Dias defendeu a proposta, afirmando que as



Os senadores decidem hoje se aprovam a proposta do senador Álvaro Dias (no destaque), para quem o estrangeiro deve participar da vida política

O Plenário também realiza o segundo

dia de discussão da proposta de emenda constitucional, do senador Ademir Andrade (PSB-PA), determinando que as nomeações dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) obedecem a critério de alternância entre homem e mulher. A intenção é que não ocorram mais de duas nomeações consecutivas de pessoas do mesmo sexo.

Deverá ainda ser realizado o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que amplia, de 65 para 70 anos, o limite de idade para a nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores. A proposta também altera, de 70 para 75 anos, o limite de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos e magistrados.

grandes correntes migratórias do mundo moderno exigem uma mudança no conceito de povo e uma relativização da noção de soberania nacional.

O senador disse que seu propósito é dotar os estrangeiros domiciliados no Brasil do poder de influir em decisões que dizem respeito às cidades onde moram. “Afim, também eles têm necessidades de habitação, saúde, educação, e tudo isso se decide, em grande parte, nos pleitos municipais”, alegou.

Em referência à nota publicada pelo jornalista Ari Cunha, do *Cor-*

Outra emenda constitucional a ser discutida é a proposta, do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que eleva de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos. O texto também amplia para 65 anos, no caso das mulheres, e 70 anos, para os homens, a idade para a aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Na mesma sessão, o Senado decide se autoriza a União a contratar empréstimo de 548,3 mil euros com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinado ao financiamento da parcela à vista de 15% do contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa G.U.N.T. (Gerätebau GmbH). Os recursos estão previstos para o Programa de Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

*reio Braziliense*, que se manifestou contra a possibilidade de os estrangeiros poderem votar, Álvaro Dias leu carta em que uma alemã, moradora há dez anos no Brasil, lastima não sentir-se uma cidadã completa por não ter direito de voto. O senador também disse que, se o jornalista tivesse lhe telefonado, ele teria enviado a justificativa da emenda constitucional, assim como a defesa feita pelos senadores que examinaram o texto. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também se manifestou favorável à proposta.



Maguito Vilela lamentou falecimento de Aziz Ibrahim, empresário e político goiano

## Pesar pelo falecimento de líder empresarial

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pelo falecimento de Aziz Ibrahim, empresário e político de destaque em Goiás.

Ao justificar sua proposição, o senador goiano afirmou que Aziz Ibrahim, na vida política, destacou-se como presidente regional do PL e membro da direção nacional do partido. Como empresário, acrescentou o parlamentar, foi diretor da Câmara de Dirigentes Lojistas por 20 anos, e também dirigiu a Associação Comercial e Industrial de Goiás.

No requerimento, também assinado pelos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Mauro Miranda (PMDB-GO), Maguito Vilela salientou que Aziz Ibrahim sempre foi empresário e político conhecido e largamente respeitado no estado, "não podendo o Senado Federal da República se eximir de prestar este voto de pesar".

## Emissoras de rádio têm as concessões renovadas

Decretos legislativos renovando permissões concedidas a emissoras foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado. As emissoras foram as seguintes: Cultura II FM de Poços de Caldas (MG); e Rádio Presidente Venceslau (SP).

O PT absteve-se de votar, à exceção do senador Tião Viana (PT-AC). As decisões agora vão a promulgação.

# Simon quer ampliação de idade para compulsória de servidores

PEC que começou a ser discutida pelo Plenário ontem inclui os magistrados e prevê que aposentadoria obrigatória passará a ocorrer somente aos 75 anos de idade

O Senado começou a discutir ontem a proposta de emenda constitucional, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que amplia de 70 para 75 anos o limite máximo de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos e dos magistrados. A mesma emenda aumenta de 65 para 70 anos o limite máximo de idade para nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores.

Simon alega que sua iniciativa não obriga os servidores a permanecerem por mais tempo em seus postos. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou parecer favorável. Segundo disse, a história tem inúmeros exemplos de pessoas com mais de 75 anos exercendo com habilidade as mais complexas atividades na política, artes plásticas e literatura. Suassuna disse ainda que a alteração proposta por Simon beneficia também os integrantes do Ministério Público, pois a eles se aplicam as normas da magistratura para promoção e aposentadoria compulsória.

Na discussão da matéria, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) argumentou que não é a idade que define a qualidade



A proposta de Pedro Simon também permite que ministro seja nomeado para o STF mesmo com 70 anos

de participação de um cidadão. "O mundo tem sido dirigido com acerto por pessoas idosas", afirmou o parlamentar, apontando como exemplos o ex-presidente francês François Mitterrand e o dirigente chinês Mao Tse-Tung.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sugeriu que a deliberação da matéria fosse sobrestada, aguardando a votação da reforma do Judiciário, que se encontra na Câmara dos Deputados.



Simon propõe que o limite para aposentadoria seja ampliado para 75 anos

## Emenda de Ramez Tebet começa a ser apreciada

O Senado realizou ontem o primeiro dia de discussão também da proposta de emenda constitucional do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que eleva de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos servidores públicos. O texto eleva para 65 anos, no caso das mulheres, e para 70 anos, no caso dos homens, a idade para a aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Em defesa da mudança, Tebet disse que sua iniciativa objetiva adequar a legislação previdenciária brasileira às reais necessidades dos tempos atuais. "Os formidáveis avanços a que temos assistido nas últimas décadas — científicos, sociais e administrativos — tornaram essa legislação obsoleta e inadequada", argumentou o parlamentar.

Tebet disse que a correção desse descompasso beneficiará os servidores, que poderão alongar sua vida útil até os limites que lhes permitirem a ciência e a medicina modernas.

## Iniciado debate sobre a presença de mulheres

Em primeiro turno, foi iniciada ontem em Plenário a discussão da proposta de emenda constitucional, do senador Ademir Andrade (PSB-PA), determinando que as nomeações dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) obedçam a critério de alternância entre homem e mulher, de modo que não ocorram mais de duas nomeações consecutivas de pessoas do mesmo sexo.

Ademir Andrade defende a emenda afirmando que a proposta está em consonância com o artigo 5º da Constituição, segundo o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de

qualquer natureza. Com essa iniciativa de assegurar a presença de mulheres na composição da



Ademir: proposta segue o que prevê a Constituição sobre direitos iguais para todos

mais alta corte judicial do país, o parlamentar quer que o Congresso se preocupe em criar condições para ampliar a participação feminina em todas as esferas da vida pública.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que a proposta está em sintonia com as recomendações decorrentes de conferências mundiais em que foram discutidas medidas para reduzir as discriminações sofridas pelas mulheres. E apresentou parecer favorável, com uma emenda de redação.

# CCJ aprova proposta que assegura recursos mínimos para a saúde

Comissão vai convidar os ministros da Fazenda e da Saúde para audiência pública no dia 30. Emenda estará em condições de ser votada pelo Plenário em junho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição que assegura a destinação, por estados e municípios, de recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. A PEC estará em condições de ser apreciada em primeiro turno pelo Plenário no dia 7 de junho, segundo o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da matéria. Mas a votação ainda vai depender de deliberação do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães.

Também foi aprovada a realização de audiência pública, no dia 30, para discutir a destinação de recursos orçamentários para a saúde. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), convidará os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Saúde, José Serra. Os governadores que quiserem dar seu depoimento sobre a PEC poderão fazê-lo durante a audiência pública, ou, no máximo, até o dia 7 de junho.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) não conseguiu, conforme propôs através de voto em separado, que a audiência pública se realizasse antes de a matéria ser apreciada na CCJ. A comissão rejeitou a proposta com os votos do relator e de Heloísa Helena (PT-AL), Roberto Requião (PMDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS) e José Alencar (PMDB-MG). Apoiaram a sugestão de Bessa os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Edison Lobão (PFL-MA) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, defendeu a aprovação da proposta de emenda e orientou o voto favorável de sua bancada na CCJ. Ele lembrou "a verdadeira cruzada" realizada pelo então senador João Calmon, que dedicou grande parte dos seus vários mandatos para aprovar a garantia de aplicação de recursos mínimos na educação. Atualmente, a União deve aplicar 18% de seus recursos em educação. Os estados, o Distrito Federal e os municípios devem aplicar no mínimo 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

— E ninguém venha me dizer que isso deu errado — comentou Jader, conclamando os parlamentares a fazerem o mesmo com a saúde.



CCJ decidiu votar a PEC antes da realização de audiência pública que discutirá a destinação de recursos orçamentários para a saúde

## Emenda prevê que União aplique 5% a mais este ano

A proposta de emenda constitucional que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estabelece que uma lei complementar definirá o percentual a ser aplicado no setor de saúde pela União, pelos estados e pelos municípios. Até a aprovação dessa lei, valerá uma disposição constitucional transitória, segundo a qual a União seria obrigada no ano 2000 a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Os estados e o Distrito Federal, ainda segundo a proposta, terão de aplicar em ações de saúde 12%

da arrecadação dos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Transmissão Causa Mortis. O mesmo percentual será aplicado aos impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Serviços (ISS) e Transmissão Inter Vivos, apurados pelos municípios e pelo Distrito Federal.

Caso as aplicações em saúde sejam inferiores às previstas pela proposta, os estados, os municípios e o Distrito Federal deverão elevá-las gradualmente até 2004. A dotação para o setor de saúde que está no Orçamento da União para este ano é de R\$ 20,3 bilhões.

## Projeto amplia controle das contas públicas

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) destinado a ampliar o controle dos atos e fatos apurados pelos procedimentos de fiscalização e exame de contas do Tribunal de Contas da União (TCU). O voto do relator da matéria, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi pela aprovação integral do projeto. Por ter caráter terminativo, o projeto será enviado diretamente à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para que seja apreciado pelo Plenário do Senado.

Valadares assinalou que, com a aprovação da proposta, o TCU fica obrigado a enviar ao Senado e à Câmara o resultado de suas fiscalizações e exames de contas. Alterado por duas emendas, a aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto de Dutra vai garantir, no ponto de vista do relator, "a realização de um controle mais amplo da aplicação dos recursos públicos, num sistema compartilhado de informações e atuações das es-



Dutra espera apuração mais efetiva de irregularidades

feras administrativa e judicial". Além dos senadores e deputados federais, deputados estaduais e vereadores têm assegurado o direito de receber cópias de acórdão ou decisão do TCU na apuração de irregularidade ou ilegalidade em processo de exame de tomada e prestação de contas, auditoria ou inspeção. O projeto obriga o ministro-relator do tribunal a comunicar ao Ministério Público Federal, sob pena

de responsabilidade solidária, os procedimentos em que se reuniram provas de irregularidade e ilegalidade passíveis de ação judicial. Após a instrução processual realizada pelo TCU, o ministro-relator também se obriga a fornecer dados e informações solicitadas por instituições do Judiciário, do Ministério Público ou da Advocacia-Geral da União 20 dias após a oficialização do pedido. "É inegável que a apuração de irregularidades e ilegalidades cometidas na gestão de recursos públicos será mais efetiva se feita simultaneamente em diferentes instâncias", defendeu Dutra. Durante a reunião, ficou decidido, ainda, o adiamento da votação de dois projetos de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O primeiro dispõe sobre a estruturação e o uso do banco de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*, o outro define regras para o comércio eletrônico.

## Adoção de lista fechada em eleição proporcional vai à Câmara

Sem a apresentação de novas emendas durante o turno suplementar, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou integralmente o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) aos projetos de lei dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Roberto Requião (PMDB-PR) que criam o sistema de listas fechadas nas eleições proporcionais. As propostas alteram dispositivos da legislação eleitoral brasileira e seguem, agora, para votação na Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação em Plenário.

Pelo texto do substitutivo, metade dos vereadores, dos deputados estaduais e dos deputados federais serão eleitos na proporção dos votos obtidos pelos partidos nas listas fechadas, em que os candidatos aparecem na ordem de precedência a ser apresentada ao eleitorado. A composição das listas ocorrerá em convenção partidária, reunindo nomes em número, no máximo, igual à metade da representação do estado na Câmara dos Deputados ou, no caso de deputados estaduais, distritais e vereadores, à metade das vagas das assembleias legislativas, câmaras Distrital e municipais.

Aos detentores de mandato eletivo de deputado ou vereador fica assegurada vaga na lista partidária aberta — em que a votação é individual — caso o nome não conste da lista fechada. A proposta garante 30% das vagas nas listas fechadas às mulheres filiadas ao partido.

Com a adoção do mecanismo, o eleitor irá dispor de dois votos em cada eleição proporcional: o primeiro, a ser dado na lista fechada, e o segundo, destinado ao candidato escolhido na lista aberta.

Na opinião do relator da matéria na CCJ, senador José Fogaça, a proposição representa "um significativo passo no caminho do fortalecimento partidário".



Projeto de Lúcio Alcântara muda a legislação eleitoral



Roberto Requião propõe sistema de lista fechada

# CCJ debate com governo criação de novos estados

A discussão sobre os decretos legislativos que tramitam no Senado foi proposta pelo senador Lúcio Alcântara, e deve também reunir os governadores do Amazonas, Mato Grosso do Sul e Pará

A proposta de criação de três novos estados – Araguaia, Tapajós e Solimões – será debatida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com os ministros da Defesa, Geraldo Quintão, da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e do Planejamento, Martus Tavares. Devem também participar da discussão os governadores do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, do Amazonas, Amazonino Mendes, e do Pará, Almir Gabriel. O requerimento para o debate, aprovado ontem, foi apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A criação dos novos estados está prevista em projetos de decreto legislativo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). As três propostas começaram a ser discutidas ontem na CCJ. Os projetos que criam os estados de



Mozarildo é autor dos projetos que criam os estados de Araguaia, Tapajós e Solimões

Araguaia e Tapajós receberam pareceres favoráveis, com emendas, dos relatores Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Romeu Tuma (PFL-SP). O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do projeto sobre a criação do

estado de Solimões, apresentou substitutivo propondo que, em vez do estado, fosse criado um território.

Em razão da aprovação do requerimento de Lúcio Alcântara para a realização da audiência pública sobre a matéria, o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), adiou a votação dos três projetos de Mozarildo. José Agripino esclareceu que a data da audiência será marcada depois que as autoridades responderem aos convites.



O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho, reuniu-se com o embaixador e deputados da Coreia do Sul

## TV Senado Política e muito mais

### Cultura

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, a filmes nacionais, debate sobre arte, cinema, música. Viaje ainda pelo país com o programa *Cores do Brasil* que mostra paisagens e costumes de cada região.

**TV SENADO**  
Você no cenário da política nacional

## Deputados sul-coreanos e Mestrinho discutem elaboração de orçamento

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), recebeu ontem o embaixador Won Young Lee, da Coreia do Sul, e três deputados desse país. Houve troca de informações sobre a economia e o processo de elaboração e aprovação do orçamento público dos dois países. A delegação parlamentar, chefiada por Chang Yung Chul, era composta dos deputados Jong Keun Park e Charles Koo.

Segundo Chang Yung Chul, o orçamento coreano é de competência exclusiva do Congresso Nacional, diferente do Brasil, onde o Executivo o elabora e tem poder de veto sobre as mudanças que os parlamentares venham a fazer na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os parlamentares explicaram que, na Coreia, é formada uma comissão de orçamento anual, composta de 50 deputados, número proporcional aos partidos, que apresentam um

plano. Essa proposta é enviada a cada ministério, aprovada na Comissão de Orçamento e posteriormente encaminhada ao Plenário do Congresso. Todos os orçamentos têm sido aprovados dentro dos limites da lei.

O senador Gilberto Mestrinho explicou o funcionamento da economia brasileira e o ritual de elaboração e aprovação do Orçamento Geral da União, além do acompanhamento da execução da peça orçamentária. Ao contrário do Brasil, os coreanos não possuem uma comissão permanente de orçamento, mas pretendem, a partir da 17ª legislatura, em junho, constituir um colegiado para tratar do tema.

O Brasil e a Coreia, segundo os líderes coreanos, sofreram com a crise financeira dos últimos anos, com graves problemas cambiais e desemprego. Os coreanos elogiaram o esforço fiscal do governo brasileiro, que permitiu a obtenção de um superávit primário nas contas públicas.

# Comissão de Orçamento avalia execução do PPA

Relator do acompanhamento relativo ao período 1996/1998 diz que grandes aplicações se concentraram nas regiões mais desenvolvidas

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional examina hoje, a partir das 10h, o relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998. O relatório faz uma análise de cada tema e ação do Plano Plurianual, dos créditos orçamentários correspondentes, quantifica a respectiva execução financeira e detalha a realização física das metas no exercício.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), examina também o PPA do período de 1996 a 1998, submetido recentemente ao Congresso Nacional. O relator da matéria, deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), assinala que no biênio as grandes aplicações do governo, sobretudo das empresas estatais, continuaram a se concen-



Gilberto Mestrinho preside a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trar nas regiões mais desenvolvidas do país. "Isso contribuiu para aumentar as desigualdades regionais", constatou o deputado pernambucano.

A Comissão de Orçamento

deve também votar requerimento do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), que convida o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, para prestar esclarecimentos sobre os fundos setoriais relativos à sua área, especialmente com relação ao Plano Plurianual 2000/2003.

Constam ainda da pauta da reunião os exames do requerimento do deputado João Coser (PT-ES), que pede a criação de uma subcomissão para reformular e

propor alterações no processo orçamentário, e do relatório que autoriza a execução orçamentária da obra de recuperação dos molhes do Porto do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul.

## Subcomissão do Cinema faz audiência pública

A Subcomissão do Cinema da Comissão de Educação realiza hoje, a partir das 9h, a 6ª audiência pública da série *Povo do Cinema*. Estarão presentes os cineastas Sílvio Tendler e João Moreira Sales; o presidente da As-

sociação Brasileira de Documentaristas, Leopoldo Nunes; e o presidente da Fundação de Cinema do Rio Grande do Sul, Werner Schünemann.

A subcomissão, que tem como presidente o senador José Fogaça

(PMDB-RS) e relator o senador Francelino Pereira (PFL-MG), está ouvindo, nesse ciclo de audiências, representantes dos diversos segmentos envolvidos com cinema, para avaliar formas de fortalecer a produção nacional.

## CCJ vota indicação para ministro do Tribunal Superior do Trabalho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se extraordinariamente hoje, às 10h, para analisar a indicação de João Batista Brito Pereira para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Armando de Brito. O relator da matéria é o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e o parecer deverá ser votado em sessão secreta.



Bernardo Cabral é o relator da indicação de novo ministro para o TST



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2000

1

Projeto de Resolução nº 50, de 2000. CAE. Autoriza a ECT a elevar temporariamente seus limites de endividamento para contratar operação de crédito externo, com o BG Bank A/S - Dinamarca, no valor total equivalente a até 37.054.758 marcos alemães, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais, que integra o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste).

**Resultado:** Retirada, nos termos do art. 175, V, do Regimento Interno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999. Senador Álvaro Dias e outros. Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal. (Direitos Políticos).

**Resultado:** Encerrado o quarto dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1995. Senador Pedro Simon e outros. Altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

**Resultado:** Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1999. Senador Ademir Andrade e outros. Altera o art. 101 da Constituição federal e dá outras providências (alternância de nomeações entre pessoas do sexo masculino ou feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal).

**Resultado:** Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

5

Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1999. Senador Ramez Tebet e outros. Dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição federal (aposentadoria baseada em parâmetros etários).

**Resultado:** Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1999. Renova a permissão outorgada à Cultura II FM de Poços de Caldas (MG).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 1999. Renova a concessão da Rádio Presidente Venceslau OM (SP).

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

8

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999. Senador Lúcio Alcântara. Dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

**Resultado:** A matéria retorna à CAS, para exame das emendas.

9

Projeto de Resolução nº 29, de 2000. CAE. Autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 185 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae).

**Resultado:** Aprovado. À CD, para a redação final.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Ande por dentro da Política Brasileira  
Visite o Senado Federal

Você pode participar do Programa **Visite o Senado**, e ser recebido por profissionais de Relações Públicas. Eles o acompanham durante todo o passeio pelas instalações do Senado Federal, esclarecendo e informando sobre a trajetória histórica, política e social desta Casa Legislativa.

Horários  
2ª e 6ª feira  
Manhã: 09h30min, 10h30min e 11h30min  
Tarde: 14h30min, 15h30min e 16h30min  
Sábado, Domingos e Feriados  
10h, 11h, 12h, 13h e 14h

De 2ª a 6ª feira não é permitido o acesso a visitantes de shorts, bermudas e camisas sem mangas.

O agendamento de grupos deve ser feito de 2ª a 6ª feira pelos telefones: (61) 3111-3343 ou 3111-3344.

Subsecretaria de Projetos Especiais - CBM

VISITE O SENADO

# Especialistas defendem restrição ao silicone líquido

Audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais debateu o uso do material no organismo humano, a pedido do senador Sebastião Rocha, relator de projeto que objetiva disciplinar a questão

Especialistas presentes ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) defenderam o uso restrito do silicone líquido para fins médicos apenas em casos graves de descolamento de retina. No entanto, o uso em cirurgias plásticas é inteiramente contra-indicado. O assunto foi debatido a pedido do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator de projeto que proíbe a utilização no Brasil do silicone líquido no organismo humano. O projeto também estabelece normas para o uso de próteses de silicone.

O representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Milton Nahon, lembrou que, além das cirurgias estéticas, as próteses de silicone são usadas no revestimen-



Senadores Osmar Dias e Heloisa Helena (C) ladeados pelos especialistas que participaram da audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais

to de marcapassos, em próteses mamárias, penianas, no revestimento interno das seringas descartáveis e em diversas outras aplicações médicas. Nahon destacou, no entanto, que o uso de silicone líquido no corpo humano causa graves lesões.

— Não se pode generalizar a questão. A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica contra-indica o uso de silicone líquido médico, embora seja largamente utilizado em diversos países do Primeiro Mundo. Mas o silicone líquido é aceito no Brasil

em mínimas quantidades, como no uso oftalmológico.

O representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Sérgio Kniggendorf, observou que o silicone líquido pode ser útil em casos “desesperadores” de descolamento de retina.

— No Brasil, esse método vem sendo utilizado desde 1975. É útil em casos em que, se não houver uma substituição temporária do vítreo (parte gelatinosa do olho), ocorrerá uma atrofia do órgão. O silicone fica no olho do paciente por algum tempo e depois é removido. O paciente é informado de que, sem o uso temporário do óleo de silicone, pode perder o olho — afirmou.

Segundo Kniggendorf, não há re-

latos de que silicone implantado no olho de paciente com descolamento de retina possa se espalhar pelo corpo. O especialista disse que tal prática cirúrgica pode causar apenas alterações temporárias locais, como aumento de pressão ocular.

O representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Cláudio Maierovith Henriques, informou que o silicone é material de uso médico com aplicação regular no Brasil. Já o silicone líquido não tem uso médico autorizado, mas há casos, como o oftalmológico, em que é cientificamente apropriado.

— Há indicações possíveis para o uso medicinal do silicone líquido e isso deve encontrar espaço legal — afirmou.

## Projeto aprovado na Câmara proíbe aplicação em organismo humano

O projeto de lei que estabelece normas para uso das próteses de silicone motivou a audiência pública de ontem, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados e proíbe a aplicação do silicone líquido no organismo humano.

O projeto obriga que embalagens de silicone líquido, para uso comercial ou industrial, contendam advertência de que o produto é impróprio para uso huma-

no. Pela proposta, só pode haver emprego de próteses de silicone com prescrição médica para compra do material, e a embalagem deverá conter informações sobre os possíveis benefícios e malefícios do produto, que deve ser registrado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e só pode ser aplicado por médico.

O projeto original, de autoria do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), foi modificado. O texto do deputado obrigava o médico a obter

do paciente um termo de responsabilidade assinado, informando ter conhecimento de todos os riscos eventuais envolvendo o uso do produto. Em casos em que não houvesse comprovação da manifestação favorável do paciente ou seu responsável, a responsabilidade passaria a ser do médico. O relator do projeto na CAS, senador Sebastião Rocha, pode incluir em seu relatório a liberação do silicone líquido em casos graves de descolamento de retina.

## Sebastião Rocha prevê votação em junho

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado deve votar no início de junho o projeto de lei que proíbe a aplicação do silicone líquido em seres humanos e cria normas para o uso da prótese de silicone. A informação é do relator da matéria, senador Sebastião Rocha. Ele acredita que ainda neste primeiro semestre o Plenário do Senado examine e vote o projeto.

Rocha anunciou, durante a audiência pública de ontem na CAS, que deverá mudar o projeto da Câmara dos Deputados e incluir a permissão para o uso terapêutico do silicone líquido em alguns casos graves de descolamento de retina.

O relator também informou que examinará a possibilidade de que o silicone líquido seja usado na área de dermatologia, desde que haja regulamentação da Agência Nacional de Saúde. “Mas essa ainda não é

uma posição conclusiva”, disse.

O senador quer também estabelecer regras mais rígidas para a importação de próteses de silicone, criar mecanismos de fiscalização das indústrias brasileiras e instituir a obrigatoriedade de que os pacientes assinem um termo de consentimento antes do implante da prótese, no uso em dermatologia e cirurgia plástica. Para ele, o consentimento por escrito a ser assinado pelo paciente é importante porque tem caráter educativo e informativo, “já que as próteses de silicone trazem a possibilidade de insucesso, como a ruptura da cápsula, infecções e edemas”.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) também defendeu a assinatura do termo de responsabilidade pelos pacientes e fez restrições ao uso do silicone líquido em seres humanos. A senadora Marluce Pinto

(PMDB-RR) demonstrou preocupação com as notícias do fracasso de cirurgias convencionais envolvendo próteses de silicone.

A representante do Conselho Regional de Medicina do estado do Rio de Janeiro, Márcia Rosa de Araújo, afirmou que o uso do silicone nas cirurgias, especialmente a mamária, é seguro e durável. Cláudio Rebello, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, acrescentou que o silicone é um produto “inerte” e que não produz rejeição, “a não ser em virtude de má conduta técnica do médico, quando pode gerar infecções secundárias”.

A dermatologista Dóris Maria Hexsel disse que é contra a proibição generalizada do silicone líquido. Observou que o silicone usado na medicina é diferente do industrial e não traz complicação, não sendo nocivo ao organismo humano.

## Para cirurgião, problemas com próteses “não levam a desastre”

Durante a audiência pública na CAS, o representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Cláudio Rebello, afirmou que muitas das suspeitas contra a prótese de silicone surgidas nos Estados Unidos não foram confirmadas. Essas suspeitas apontam o produto como causador de câncer e de supostas dificuldades na detecção de câncer de mama, além de intensificador de doenças auto-imunes, observou.

Segundo o especialista, os maiores problemas causados por próteses de silicone, como rompimento, contraturas e infecções, são curáveis. Mesmo quando há ruptura, explicou, o silicone se desloca pouco

dentro do organismo e “não leva a desastre”. Rebello citou dados do cirurgião Ivo Pitanguy: de 462 implantes para aumento de mamas realizados por Pitanguy entre 1987 e 1998, foram registrados apenas dois problemas — um de contratura e outro de irritação cutânea.

A representante do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, Márcia Rosa de Araújo, afirmou que nenhum médico foi punido por complicações em casos de implante de prótese de silicone. As complicações registradas foram contratura e expulsão da prótese. “Nos dois casos, os médicos usaram todos os meios a seu alcance para solucionar a questão”, contou.

O representante do Conselho Federal de Medicina, Abdon José Murad Neto, afirmou que o órgão não tem ainda posição firmada. “Queremos ouvir muito para normalizar o uso do silicone”, disse.

A representante do Procon do Distrito Federal, Marcele Borges Soares, afirmou que o paciente deve ser informado sobre todos os procedimentos e riscos da cirurgia.

**PRINCIPAIS APLICAÇÕES MÉDICAS DO SILICONE**

- Cirurgias estéticas
- Revestimento de marcapassos
- Próteses mamárias e penianas
- Revestimento interno das seringas descartáveis

**O silicone líquido não tem uso médico autorizado**

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Revista de Atualização Médica  
Imagem: Vênus de Milo - Acervo: Museu do Louvre



# Salário-maternidade para autônoma vai à Câmara

Profissionais liberais, diaristas e vendedoras, entre outras trabalhadoras, serão beneficiadas pela proposta de Marina Silva. Benefício, correspondente à média dos salários de contribuição dos últimos 12 meses, será pago pela Previdência

Foi enviado à Câmara dos Deputados projeto de lei de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que estende o pagamento de salário-maternidade à trabalhadora autônoma – profissionais liberais, diaristas e vendedoras, entre outras ocupações. A proposta, aprovada na forma de substitutivo da relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), foi analisada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais.

De acordo com o projeto, o benefício será pago pela Previdência Social e corresponderá à média dos salários de contribuição dos últimos 12 meses, no caso das autônomas. As trabalhadoras segu-



Marina Silva é autora do projeto que institui o salário-maternidade para as autônomas, aprovado em caráter terminativo pela CAS

radas especiais, aquelas que atuam no campo individualmente ou em regime de economia familiar, terão remuneração de um salário

mínimo. O benefício deve ser concedido por um prazo de 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e sua data de ocorrência.

Luzia Toledo ressalta o fato de a proteção à maternidade ser um direito internacionalmente conhecido. No Brasil, lembra a senadora, o salário já é concedido à maioria das trabalhadoras há várias décadas, mas só recentemente foi estendido às trabalhadoras rurais. A Constituição, porém, não assegura a proteção às autônomas.

– A concessão do salário-maternidade representa um grande estímulo para que as profissionais liberais dêem a devida atenção a seus bebês, num momento em que a presença materna tem uma grande importância para sua saúde física e emocional – observa Luzia Toledo em seu relatório.



A comissão deve apreciar também projeto que obriga as empresas a lacrarem e requalificarem seus botijões

## Infra-Estrutura analisa programa que incentiva energias renováveis

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura reúne-se hoje, às 9h30, para examinar projeto que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA). Relatada favoravelmente pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a matéria já foi aprovada pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na avaliação que fez do projeto, José Eduardo Dutra ressaltou que a sociedade está consciente de que é preciso reduzir a dependência do país em relação aos

combustíveis fósseis e estimular as fontes energéticas com menor impacto ambiental. Ele lembrou ainda que é preciso produzir energia para suprir as necessidades de comunidades mais distantes.

Também consta na pauta da comissão a análise de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União no Departamento Nacional de Produção Mineral do Amazonas. Relator da matéria, o senador Roberto Saturnino (PSBRJ) está propondo a realização de audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, para discutir o

gerenciamento do setor mineral brasileiro.

A comissão deve votar ainda projeto oriundo da Câmara que obriga as empresas distribuidoras de gás a lacrarem e requalificarem seus botijões. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) relatou o assunto e pediu a sua rejeição. Ele justificou seu voto afirmando que hoje as empresas já cumprem as determinações constantes do projeto através de medidas de autorregulamentação. Já o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou voto em separado pedindo a aprovação da matéria.



Geraldo Cândido: falha de equipamento, e não causada pelos trabalhadores

## Subcomissão reúne especialistas e debate acidente da Petrobras

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) questionou na terça-feira a segurança e a conservação dos dutos e equipamentos da Petrobras, durante debate realizado pela Comissão de Infra-Estrutura sobre o vazamento de óleo ocorrido na baía de Guanabara em janeiro. Esse é um dos pontos que terão de ser esclarecidos pela subcomissão encarregada de elaborar relatório sobre o acidente.

– Tudo indica que a falha principal não foi humana, mas do equipamento – disse Cândido.

Segundo o senador, a subcomissão ainda realizará outra audiência pública e encaminhará questionários a entidades do setor antes de finalizar seu trabalho. Estão sendo esperados também os relatórios sobre o estado dos equipamentos, a cargo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e sobre os danos ambientais provocados pelo vazamento, sob responsabilidade da Companhia Estadual de Saneamento Básico de São Paulo (Cetesb).

O estado dos dutos e equipamentos é duvidoso, segundo os depoimentos ouvidos pela subcomissão. A representante do Ministério Público, procuradora Gisele Porto, informou que o duto que se rompeu em janeiro, provocando o vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo combustível, ainda está funcionando sem licenciamento. A presidente do Instituto Brasileiro do Meio Am-

biente (Ibama), Marília Marreco, informou que só dois dutos da empresa já receberam licenciamento da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema).

O senador Arlindo Porto (PTB-MG), que presidia a reunião, pediu à presidente do Ibama informações sobre novos vazamentos de óleo no Brasil. Segundo Marília Marreco, depois do acidente no Rio de Janeiro, já foram detectados dois derrames em São Paulo, um na Bahia, um no Rio Grande do Sul, um no Pará (transporte privado), um no Maranhão e um no Espírito Santo. Os dois últimos são de responsabilidade da Vale do Rio Doce.

Geraldo Cândido cobrou das autoridades uma série de providências, inclusive com relação à poluição da baía de Guanabara por outros tipos de efluentes, principalmente esgotos sanitários. Segundo o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) do Rio, José Chacon de Assis, a baía é um dos locais mais poluídos do mundo. Ele observou que a Feema está com deficiência de pessoal e equipamentos para realizar seu trabalho de controle e fiscalização. Gisela Farattini, secretária de Controle Ambiental do Ibama, informou que está em marcha o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



Heloísa Helena: governador e deputados petistas solicitaram a intervenção do MP no episódio

## PT pede apuração das denúncias de superfaturamento, anuncia Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) comunicou ontem que o governador do Acre, Jorge Viana; o líder do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do estado, Edvaldo Magalhães; e a deputada estadual Analu Gouveia apresentaram ao Ministério Público uma representação solicitando que todas as denúncias formuladas pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), de superfaturamento na compra de medicamentos pelo governo, sejam apuradas.

A senadora informou, também, que os senadores Tião Viana (PT-AC) e Marina Silva (PT-AC) resolveram não mais se pronunciar no Plenário da Casa sobre o assunto, por considerarem que ele deve ser discutido apenas no âmbito do estado. Mesmo assim, explicou Heloísa Helena, os dois parlamentares estão dispostos a prosseguir o debate no Acre, quantas vezes for necessário.

# Jonas garante que mudança no Código Florestal não prejudicará a Amazônia

Senador afirma que imprensa discute percentuais da reserva legal e desmatamento sem base técnica, quando o correto seria fundamentar sua definição no zoneamento econômico-ecológico

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu, ontem, o projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) à medida provisória que modifica o Código Florestal brasileiro. De acordo com o senador, apesar de o projeto sofrer críticas agressivas da mídia, de ambientalistas e até do presidente da República, o resultado das modificações propostas por Micheletto não seria a destruição da cobertura florestal da região amazônica e do cerrado.

— Os diversos meios de comunicação alardearam que o projeto causaria o desmatamento de mais de 400 mil km<sup>2</sup> de florestas na região amazônica, ao fixar em 50% o índice de reserva legal. Mas estão discutindo percentuais sem nenhuma base técnica ou econômica,

quando o correto seria fundamentar sua definição no zoneamento econômico-ecológico, como defende o relatório de Micheletto — comentou Jonas Pinheiro. Ele disse ter conversado com o ministro José Sarney Filho, que, tendo se manifestado contra o projeto, concorda sobre a questão do zoneamento.

Para o senador, o projeto de Micheletto deveria ser votado pelo Congresso no início de junho. Ele lembrou, ainda, que os percentuais de 80% de reserva legal para a região amazônica e de 50% para o cerrado, que são es-



Jonas Pinheiro: cobertura florestal da Amazônia e do cerrado não será destruída

tabelecidos pelo Código Florestal, são apenas referentes a áreas em que não há o chamado “corte raso”.

Em aparte, os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Moreira Mendes (PFL-RO) aplaudiram a iniciativa de Jonas de mencionar o zoneamento

econômico-ecológico. Para eles, a questão ambiental tem sido discutida de modo passional. Jefferson Péres (PDT-AM), também em aparte, disse acreditar que é preciso buscar um ponto de equilíbrio: nem o projeto de Micheletto, aprovado pela comissão mista do Congresso, nem o “radicalis-

mo” dos ambientalistas.

A senadora Marina Silva (PT-AC), apartando, revelou ter conversado recentemente com Micheletto. Segundo Marina, ele concordou em que se mantenha o percentual de reserva legal proposto pelo Conama até que se faça o zoneamento econômico-ecológico.

Já o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse acreditar que o problema está sendo “equacionado” e que a população de 20 milhões de pessoas não pode ser esquecida. Mestrinho lembrou que o percentual de propriedades rurais na região amazônica é de apenas 23%, e que, com as mudanças no código, o percentual passível de desmatamento seria de 11,5%. Para ele, “nem todos os braços do país conseguiriam derubar tanta floresta”.

## Nabor insiste em propor CPI dos medicamentos no Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) insistiu ontem em sua proposta da criação de uma CPI dos medicamentos, na Assembléia Legislativa do Acre, para investigar denúncias de operações superfaturadas de compras de medicamentos e insumos médico-hospitalares por parte do atual governo estadual. Ele argumentou ser nas CPIs que a democracia encontra suas mais legítimas



Nabor Júnior afirma que existem denúncias sérias e fundamentadas sobre compras superfaturadas

armas para defender a liberdade e a ética administrativa.

— Somente uma CPI dos medicamentos dará ao povo do Acre a justa satisfação de acompanhar as investigações e formar seu próprio juízo sobre quem está certo e quem está errado. Não

entendo por que o PT, partido do governador Jorge Viana e do senador Tião Viana, que tantas CPIs propôs no Congresso Nacional, agora simula reações alérgicas quando ouve falar da instalação de uma CPI no Acre — observou.

Nabor exibiu uma série de ofícios e notas fiscais insistindo em dizer que existem denúncias sérias e fundamentadas sobre compras superfaturadas, expressas em documentos claros e incontestáveis, contra o atual governo do Acre, “agredindo sua falsa ima-

gem moralista”. Para Nabor, o mecanismo de tais investigações, por excelência, é a CPI. “A opinião pública do estado está cansada dessa ladainha de que todo mundo é ladrão se não reza pela cartilha do atual governo do estado”, ressaltou.

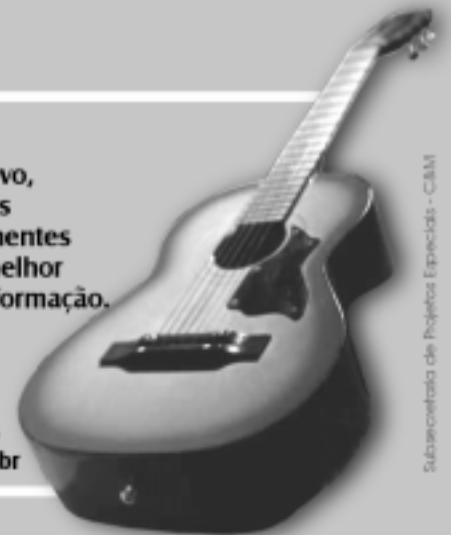
Nabor concordou com Tião Viana em que o Plenário do Senado não é o local próprio para discutir uma questão regional como essa. Eles aceitaram debater amplamente a questão na Assembléia Legislativa do Acre, em data e horário a combinar.

O debate e as votações  
ao vivo  
e o melhor da Música Popular Brasileira



A Rádio Senado transmite, ao vivo, as transmissões do Plenário e as reuniões das comissões permanentes e especiais. Nos intervalos, o melhor da música popular, cultura e informação.

Receba o sinal da Rádio Senado pela Internet: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)



Subscrevendo de Projetos Especiais - C&M



91,7 fm

## Comemoração dos 500 anos foi melancólica, lamenta Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirma, em entrevista à TV Senado, que os festejos que marcaram os 500 anos do Descobrimento do Brasil foram melancólicos. Segundo ele, "os eventos que deveriam ser uma oportunidade de reconciliação nacional foram maculados por manifestações de ressentimento e de ódio". A entrevista vai ao ar hoje, às 3h30, 7h30 e 20h30.

Lembrando os argumentos contrários às comemorações, como o tratamento dado aos índios pelos



Jefferson Péres

brancos, o senador observa que, embora índios tenham sido mortos, etnias tenham desaparecido e culturas eliminadas, "na verdade hoje estão todos aí, filhos da miscigenação brasileira".

Para Jefferson Péres os festejos deveriam servir para uma auto-crítica sobre o verdadeiro papel do Brasil como nação, "não apenas com críticas veementes a nossa situação social, mas, também, registrando os enormes avanços realizados".

## Marina e Michelleto debatem mudança no Código Florestal

A senadora Marina Silva (PT-AC) e o deputado Moacir Michelleto (PMDB-PR) são os convidados do programa *Debate*, da TV Senado, que discute hoje as alterações no Código Florestal. O programa vai ao ar às 13h e às 19h30.

Micheleto foi o relator da medida provisória que alterou o código

go. A comissão mista que analisou o assunto aprovou a matéria na semana passada. Marina disse esperar que a matéria não seja votada pelo Congresso no próximo dia 27, como anunciado, para que possa haver maior discussão sobre a proposta original apresentada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

# Bezerra condena fechamento de empresas em Mato Grosso

Senador lamenta que mais de 800 trabalhadores tenham perdido seus empregos em decorrência da falta de estímulo às atividades produtivas

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) condenou, ontem, o fechamento de dois frigoríficos em Mato Grosso, segundo o parlamentar, em decorrência de decisões equivocadas e incompetência administrativa do governo estadual. Mais de 800 trabalhadores perderam seus empregos nos municípios de Alta Floresta, Nor-



Carlos Bezerra: Mato Grosso taxa excessivamente as atividades produtivas

tão Mato-Grossense e Vila Rica, localizados na região do Baixo Araguaia. A localidade em pior situação é Vila Rica, onde o frigorífico que empregava 400 pessoas, e indiretamente contribuía para a manutenção de outros mil postos de

trabalho, teve suas atividades paralisadas porque o governo suspendeu os incentivos fiscais que concedia à empresa. De acordo com Bezerra, o frigorífico foi instalado graças ao esforço da comunidade, que, em conjunto com a prefeitura, abriu estradas e providenciou energia.

Ali são criadas um milhão de cabeças de gado e abatidas até mil reses diariamente.

Em Alta Floresta, embora o problema fiscal tenha sido contornado, a falta de estradas levou à suspensão das atividades do frigorífico. Até cinco dias estavam sen-

do necessários para percorrer a estrada que ligava o município ao restante do estado, o que chegava a provocar a morte de animais destinados ao abate. Os criadores da região estão levando o gado para abater em Colider, a 300 quilômetros de Alta Floresta, mas a cidade vive o drama do fim de 400 empregos diretos e 1,2 mil indiretos. O senador criticou também a cobrança em seu estado de 30% de ICMS sobre as ligações telefônicas, ao contrário do que ocorre nos demais estados e nas operações taxadas pela União.

— É contra esta falta de sensibilidade, de visão administrativa e social do governo de Mato Grosso que venho protestar. Meu estado taxa excessivamente as atividades produtivas, desestimulando empreendedores e dificultando a geração de emprego e renda — disse Bezerra.

## Salário mínimo não acompanhou crescimento da economia, diz Lauro

O valor do salário mínimo nem de longe acompanhou, nos seus 60 anos de existência, o crescimento da economia brasileira. A avaliação é do senador Lauro Campos (PT-DF) que ontem apresentou dados comprovando o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro *per capita* em 460% desde 1940, quando foi instituído o salário mínimo, que, no mesmo período, sofreu um decréscimo de pelo menos 50%.

— O PIB brasileiro aumentou 22,4 vezes. Nesse período, a população brasileira cresceu quatro vezes, isto é, 300%. O PIB *per capita* brasileiro cresceu 5,6 vezes, o que corresponde a 460%. A população economicamente ativa (PEA) brasileira cresceu 4,6 vezes, portanto 360%. O PIB pela PEA cresceu 4,9 vezes. Mas o salário mínimo decresceu 48%, de acordo com a revista *Carta Capital*.

Lauro sustenta que a perda pode ser maior se forem levadas em consideração outras fontes. De acordo com o economista Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas, o salário mínimo decresceu 69% e, para o Dieese, o salário mínimo brasileiro decres-

Lauro: PIB *per capita* cresceu 360%, enquanto salário mínimo caiu pelo menos 50%

ceu 73% entre 1940 e 1999.

Lauro Campos reafirmou sua posição de que o atual valor do mínimo inviabiliza qualquer tentativa de desenvolver o país.

— Não é possível que um país como o Brasil possa se desenvolver e sair desta situação com uma multidão ganhando R\$ 151, ou menos, por mês. Como um país pode ser rico com uma população toda pobre, com exceção de 10%? Dez por cento podem fazer a riqueza de um país? É óbvio que não — afirmou.

## Maguito: Jataí tem maior produtividade agrícola

O município de Jataí alcançou a maior produtividade média do Brasil por hectare plantado no ano agrícola 1999/2000, além de ser o maior produtor de grãos de Goiás, registrou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), nascido no município. Os dados constam dos resultados de pesquisas realizadas entre os dias 18 e 28 de abril deste ano — referentes à área plantada na safrinha de 2000, a ser colhida, e à colheita da safra de verão de 1999/2000, já encerrada — pela Comissão de Levantamentos de Dados Agrícolas, vinculada ao Banco do Brasil.

O levantamento teve o apoio de agência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), composta por empresas de assistência técnica oficial e particulares. Conforme os dados levantados, Jataí produziu, no ano agrícola, a média de 5.137,2 quilos de grãos por hectare, ou seja, 85,62 sacas, detalhou o senador. Na safra nacional de 1999/2000, estimada em 85,6 milhões de toneladas de grãos, Jataí será responsável por 1,02%.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

0h55 — *Senado em Pauta*  
1h — *Debate*: Senadora Marina Silva e o deputado Moacir Michelleto falam sobre o Código Florestal  
1h55 — *Senado em Pauta*  
2h — *Unip*: Bexiga  
2h30 — *Jornal do Senado*  
2h55 — *Senado em Pauta*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas  
3h30 — *Entrevista*: Senador Jefferson Péres fala sobre o Brasil 500 anos  
3h55 — *Senado em Pauta*  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Bexiga  
4h55 — *Senado em Pauta*  
5h — *TV Escola* — Uma TV Cheia de histórias — Berilo (MG)  
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo no Pará  
5h55 — *Senado em Pauta*  
6h — *Unip*: Bexiga  
6h25 — *Senado em Pauta*  
6h30 — *Debate*: Senadora Marina Silva e o deputado Moacir Michelleto falam sobre Código Florestal  
6h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: Senador Jefferson Péres fala sobre o Brasil 500 anos  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Uma TV Cheia de histórias — Berilo (MG)  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Subcomissão de Cinema (vivo)  
10h — Sessão Plenária (vivo)

Logo Após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)

14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

18h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre o reembolso de medicamentos

19h — *Cores do Brasil*: Turismo no Rio Grande do Norte

19h30 — *Debate*: Senadora Marina Silva e o deputado Moacir Michelleto falam sobre o Código Florestal

20h30 — *Entrevista*: Senador Jefferson Péres fala sobre o Brasil 500 anos

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Comissão de Infra-Estrutura (gravado)

Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*

Em seguida — Música e informação

10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)

Em seguida — Música e informação

14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)

Em seguida — Música e informação

19h — *A Voz do Brasil*

Em seguida — Música e informação

20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste

Em seguida — Música e informação

21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste

Em seguida — Música e informação

21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste

Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Para Moreira, Basa deve ser mantido banco federal

A preocupação foi manifestada pelo senador ao comentar as notícias de que o governo pretende transformar as instituições financeiras regionais federais em agências de fomento. O Banco da Amazônia deve ficar fora do programa, disse

Ao manifestar sua preocupação com as notícias veiculadas pela imprensa sobre a possibilidade de transformação das instituições financeiras regionais federais em agências de fomento, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu a exclusão do Banco da Amazônia S.A (Basa) do programa. Ele argumentou que o Basa deve ser mantido como banco federal, pois vem cumprindo seu papel de financiador do desenvolvimento econômico e social da região.

— Às vezes tenho sido crítico do Basa quanto a sua forma de distribuição de recursos, mas imaginar o banco transformado em mera agência de fomento é admitir que a vasta, complexa, pujante e tão ignorada Amazônia pode prescindir da ação operacional efetiva e da capilaridade de seu grande agente financeiro de desenvolvimento — disse Moreira Mendes.



Moreira Mendes: o Basa cumpre o papel de financiador do desenvolvimento da Amazônia

Segundo informou o senador, o Basa, que representa apenas 11% da rede bancária existente no Norte, responde por 83% de todo o crédito de fomento aplicado na região. Com suas 61 agências, o banco cobre 450 municípios e é responsável por 42% de todos os

créditos alocados, incluindo os financiamentos de fomento e os empréstimos a curto prazo. Ao todo, a região dispõe de 548 agências bancárias, entre públicas e privadas.

Moreira Mendes acrescentou que o Basa, há dez anos responsável pela gestão do Fundo Constitucional do Norte (FNO), proporcionou a criação de 156.344 empregos diretos na região, sendo 138.167 (quase 90%) na área rural. A ação contribuiu para que o produtor agrícola tenha condições de continuar no campo e para minimizar os impactos da migração para as grandes cidades.

Na opinião do senador, um projeto que pretenda melhorar a eficiência das instituições financeiras federais não pode diminuir a ação que o Basa desenvolve na Amazônia. “Em vez disso é preciso proporcionar ao banco condições para que ele amplie o seu papel fundamental no desenvolvimento sustentável e integrado da Amazônia”, defendeu.

## Jucá elogia o Programa Luz no Campo, que beneficiará 5 milhões de pessoas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou o lançamento pelo governo do Programa Luz no Campo, que pretende nos próximos quatro anos fornecer energia elétrica para um milhão de propriedades e domicílios rurais em todo o Brasil. Segundo projeções do Ministério de Minas e Energia, 5 milhões de pessoas serão beneficiadas quando o programa estiver concluído.

— É enorme o impacto econômico e social de um programa com esse alcance e dessa monta. A chegada de energia elétrica confiável a um domicílio rural é uma evolução na qualidade de vida e na produtividade das atividades do campo — avaliou Jucá.

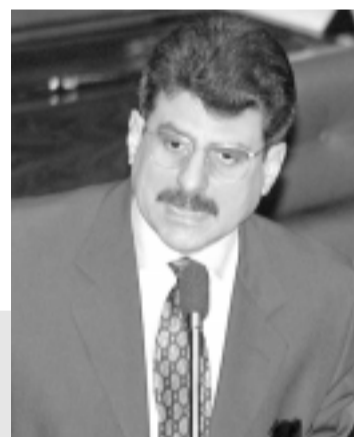
De acordo com dados do ministério citados pelo senador, serão investidos R\$ 2,6 bilhões no programa. A maior parte dos recursos (R\$ 1,77 bilhão) virá de um fundo já existente no setor elétrico, chamado Reserva Global de Reversão (RGR) e formado por contribuições compulsórias de todas as concessionárias de energia elétrica. O restante dos recursos deve vir dos

estados, municípios e concessionárias locais. A coordenação técnica e financeira do Programa Luz no Campo ficará a cargo da Eletrobrás.

Ainda segundo o ministério, o estado que possui o melhor índice de eletrificação rural do país é Santa Catarina. O índice de propriedades rurais ligadas à rede elétrica é de 96%, e apenas 12 mil propriedades não têm energia elétrica. Santa Catarina será, conforme informou Jucá, o primeiro estado a ter energia elétrica na totalidade de sua área rural. Os governos federal e estadual assinaram convênio para investimentos de R\$ 38,4 milhões no estado, dos quais 75% serão financiados pela Eletrobrás.

A Bahia também receberá os primeiros investimentos do programa, por ser o estado com maior população rural do Brasil, conforme o ministério. O convênio assinado entre o estado e o governo federal beneficiará 600 mil pessoas residentes em 116 domicílios rurais. Os recursos serão da ordem de R\$ 235 milhões.

Segundo o senador, as estimati-



Romero Jucá afirmou que o programa causará grande impacto econômico na área rural

vas de consumo de utilidades elétricas também são animadoras, com a implantação do programa.

— Serão 850 mil refrigeradores, 850 mil televisores, 500 mil motores elétricos e 5 mil lâmpadas, além de equipamentos como resfriadores de leite e ordenhadeiras mecânicas. O programa é um grande reforço à modernização de nossa agropecuária. Mais qualidade de vida nas áreas rurais significa também redução do êxodo para as cidades — disse.



Segundo Simon, a mudança é necessária devido ao aumento do número de fusões

## Projeto de Simon muda prazo para análise de processo no Cade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer aumentar o prazo para a análise dos processos de fusão e incorporação de empresas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pelas secretarias de Direito Econômico (SDE) e Política Econômica (SPE). Pretende também tirar da legislação atual a possibilidade de aprovação desses processos por decurso de prazo.

Com esse propósito, o senador apresentou projeto que altera dois parágrafos da Lei que “transforma o Cade em autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências”. A proposta se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Pela legislação atual, a SPE e a SDE têm 30 dias, cada uma, para emitir pareceres técnicos sobre os processos, que depois são enviados ao Cade. Caso o órgão não

decida em 30 dias, a matéria é automaticamente aprovada. O projeto de Simon retira da lei a possibilidade da aprovação por decurso de prazo e acrescenta que os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados uma única vez por igual período.

Segundo Simon, essa norma foi gerada em 1994, quando a rápida criação de conglomerados econômicos não era comum. Hoje, porém, diz o senador, há uma “explícita tendência” de fusões e incorporações de diversos setores do mercado no Brasil e no mundo. Pedro Simon citou o exemplo recente de fusão de duas grandes cervejarias.

— É importante adequar a legislação vigente de forma a não permitir que instituições de controle e grande responsabilidade pelo equilíbrio da economia nacional, como é o caso da SDE, SPE e Cade, se comportem de maneira açodada ou omissa na apreciação desses atos — afirmou.

## Artigos de ministro do STM são comentados

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou dois artigos escritos pelo ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e presidente da Sociedade Bíblica do Brasil, Aldo Fagundes. O primeiro texto, intitulado *A marca da diferença*, analisa o uso contemporâneo da palavra ética, que segundo o au-

tor sempre foi um parâmetro cristão de comportamento. No outro artigo, *Vou pescar ...*, Aldo Fagundes destaca a vida do apóstolo Pedro.

— Melhor do que ninguém, ele (Pedro) expressa os extremos de euforia e melancolia que assaltam o ser humano em sua vida.